

SITUAÇÃO ELEITORAL NA UFRRJ DIVIDE OPINIÕES

Breve retrospectiva:

Para viabilizar a consulta eleitoral para Reitor da UFRRJ, para o período de 2005 a 2009, organizou-se uma pré-comissão eleitoral, formada por dois representantes de cada segmento (ADUR, SINTUR e DCE), que conduziu a discussão sobre as normas eleitorais. Esta comissão reelaborou uma proposta de Regimento Eleitoral, que posteriormente foi discutida por cada segmento, em assembleias de suas respectivas categorias.

Dentro do segmento docente, esta proposta foi debatida pela Diretoria da ADUR-RJ e pelo Conselho de Representantes da entidade, que formulou um documento base para ser avaliado pelos docentes, discentes e técnico-administrativos, nas assembleias de cada categoria.

Em 23 de setembro, os três segmentos apresentaram as propostas de suas categorias, em reunião sem caráter deliberativo, para tentarem discutir os artigos divergentes de cada uma delas.

A ADUR-RJ optou em realizar nova assembleia de docentes, em 29 de setembro, para mais uma vez pôr em discussão os pontos

polêmicos observados pela proposta de regimento de cada classe.

Nesta época, a pré-comissão eleitoral reuniu-se várias vezes e deliberou que um Regimento Eleitoral definitivo, que contemplasse os três segmentos da UFRRJ, seria homologado em uma Assembleia Conjunta Paritária.

Assembleia Conjunta Paritária:

A Assembleia Conjunta Paritária realizou-se em 7 de outubro, no Gustavo. Inicialmente, a pré-comissão eleitoral, composta pelos representantes dos três segmentos, apresentou a proposta de um Regimento Eleitoral definitivo, que reunia as observações de cada categoria, discutidas e aprovadas em assembleias de classe. Neste documento, apenas os pontos divergentes receberam destaque, pois foram postos para serem aprovados por votação, pela comunidade acadêmica da UFRRJ. Os artigos que não foram questionados em assembleias dos segmentos não foram votados, uma vez considerados aprovados por consenso.

No início desta assembleia, contudo, o coordenador geral do SINTUR, Estevão Fernandes de Moura, questionou o caráter deliberativo da reunião em curso. Os representantes da comissão eleitoral informaram que os três

segmentos acordaram previamente o caráter paritário e deliberativo da assembleia de 7 de outubro, divulgada com antecedência.

Estevão Fernandes de Moura solicitou que os técnico-administrativos presentes no Gustavo não votassem, acompanhando, apenas, o desenvolvimento da assembleia.

Nesta mesma assembleia, deliberou-se, por votação, que a consulta eleitoral para a Reitoria ocorrerá nos dias 30/11, 01 e 02/12, no primeiro turno; e nos dias 08, 09 e 10/12, no segundo turno.

A polêmica esteve presente, contudo, quando se colocou em votação o artigo que se refere ao voto dos aposentados. Depois de longo debate, a proposta que retira a participação dos aposentados (professores e técnico-administrativos) do processo eleitoral da UFRRJ foi a vencedora.

O Regimento Eleitoral e a comissão eleitoral – com dois titulares e dois suplentes de cada um dos três segmentos – foram homologados ao final da Assembleia Conjunta Paritária do dia 7 de outubro. Desde então, o Regimento Eleitoral está disponibilizado para consulta na página eletrônica da ADUR-RJ.

CONTINUA NA PÁGINA 2

GRANDE MARCHA À BRASÍLIA

No dia 25 de novembro, docentes, discentes, servidores públicos federais e representantes de diferentes movimentos organizados estarão reunidos em Brasília marchando contra a Reforma Universitária liderada pelo governo. O evento também será marcado por protestos contra as reformas trabalhista e sindical, em defesa da autonomia política e de organização de classe. A Grande Marcha à Brasília é organizada pelo ANDES-SN, cuja trajetória de luta em favor de um ensino público de qualidade e por uma universidade socialmente referenciada é incontestável.

ASSEMBLÉIA DE DOCENTES

ADUR-RJ CONVOCA TODOS OS DOCENTES PARA A PRÓXIMA ASSEMBLÉIA DA CATEGORIA A REALIZAR-SE NO DIA 23 DE NOVEMBRO, ÀS 8H30MIN, NO GUSTAVÃO. É IMPORTANTE QUE TODOS COMPAREÇAM!

SEGUNDO DEBATE ENTRE CHAPAS

A COMISSÃO ELEITORAL E OS REPRESENTANTES DAS CHAPAS CANDIDATAS À ADMINISTRAÇÃO DA UFRRJ CONVIDAM TODOS OS MEMBROS DA COMUNIDADE ACADÊMICA PARA O PRÓXIMO DEBATE ENTRE OS CONCORRENTES, A REALIZAR-SE DIA 23 DE NOVEMBRO (TERÇA-FEIRA), ÀS 13 HORAS, NO GUSTAVÃO.

A COMISSÃO ELEITORAL INFORMA QUE OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DAS MESAS ELEITORAIS DEVEM SE INSCREVER NA SEDE DA ADUR-RJ ATÉ O DIA 23 DE NOVEMBRO, DAS 8H ÀS 16H.

CALENDÁRIO DE LUTAS

- 25/11 – GRANDE MARCHA À BRASÍLIA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA.
- 25/11 – REUNIÃO DO SETOR DAS IFES EM BRASÍLIA, NA SEDE DO ANDES-SN.
- 26/11 – PLENÁRIA NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, EM BRASÍLIA.
- 26/11 – X ENCONTRO NACIONAL SOBRE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA DO ANDES-SN, EM BRASÍLIA.
- 26 e 27/11 – ENCONTRO NACIONAL DO COLETIVO JURÍDICO DO ANDES-SN.
- 4 e 5/12 – Reunião do Setor das IEES do ANDES-SN, em Pernambuco. Tema: "As consequências da Reforma Universitária para as IEES (expansão de campi e vagas, precarização do trabalho docente, financiamento)".
- 26 a 31/01/2005 – Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Para outras informações, acesse: www.forumsocialmundial.org.br



Quadro atual:

No dia 14 de outubro, os técnico-administrativos realizaram uma assembléia geral da categoria no SINTUR. Entre outras deliberações, a Diretoria do SINTUR decidiu encaminhar um recurso à Comissão Eleitoral, solicitando "a revisão da posição tomada pela ADUR e DCE quanto à exclusão dos aposentados técnico-administrativos do processo eleitoral ora em curso".

Em 18 de outubro, a Comissão Eleitoral respondeu, por escrito, ao recurso do SINTUR. Ela informou que na reunião do dia 24 de agosto de 2004, os representantes das três entidades que compunham a pré-comissão eleitoral decidiram que o Regimento Eleitoral para as eleições da Reitoria 2005/2009 deveria ser aprovado e homologado em Assembléia Conjunta Paritária dos três segmentos. A Comissão Eleitoral, neste mesmo ofício, afirmou que "qualquer alteração deste Regimento, não pode se dar no âmbito desta comissão". O ofício ainda lembrava aos representantes do SINTUR que, "pelo Artigo 46 do Regimento ora em vigor, qualquer decisão tomada pela Comissão Eleitoral cabe recurso à Assembléia Conjunta Paritária, a ser convocada, de comum acordo, pelas três entidades: ADUR, SINTUR e DCE".

Na última assembléia dos docentes, realizada em 28 de outubro, os professores decidiram pela convocação de uma nova Assembléia Conjunta Paritária para discutir o recurso do SINTUR com relação ao voto dos aposentados técnico-administrativos, desde que convocada pelos três segmentos.

A Comissão Eleitoral não recebeu a convocação do SINTUR, conforme fizeram ADUR e DCE, disponibilizando-se a conchamar a comunidade universitária para participar de mais uma Assembléia Conjunta Paritária.

Em 4 de novembro, os técnico-administrativos reuniram-se em mais uma assembléia geral e deliberaram por "não convocar ou participar de Assembléia Conjunta que tenha como ponto de deliberação a participação dos servidores técnico-administrativos aposentados no processo de consulta à Comunidade, que ora se desenvolve". Essa decisão foi comunicada à Comissão Eleitoral no dia 8 de novembro, que pelo mesmo ofício foi também informada que "o SINTUR não homologou o Regimento Eleitoral, aprovado somente pela ADUR e DCE, tendo em vista discordar, desde o primeiro momento, da exclusão dos servidores aposentados do processo".

Neste ofício, o SINTUR também notifica ao seu destinatário que "em face da resposta não conclusiva encaminhada por esta comissão acerca de nosso recurso, estaremos suspendendo até resposta definitiva, nossa participação nos trabalhos desta comissão (...)". A diretoria colegiada do SINTUR, por meio deste ofício encaminhado à Comissão Eleitoral, diz que desautoriza: "qualquer segmento a proceder consulta à nossa categoria, o que se efetivado, será considerado afronto (sic) à nossa deliberação, ensejando uma resposta à altura, o que esperamos não venha acontecer." De acordo com este documento, concluiu-se que a categoria dos servidores não participará das eleições caso os técnico-administrativos aposentados não possam votar para sucessão do Reitor e Decanatos.

Na reunião do Conselho Universitário (CONSU), realizada em 11/11, o Prof. Canrobert P. L. Costa Neto – Presidente da ADUR -RJ e membro da Comissão Eleitoral – relatou esta situação para os Conselheiros.

Considerando a complexidade de todo este quadro, a Diretoria da ADUR decidiu convocar uma Assembléia Geral para avaliar estes fatos e adotar os encaminhamentos cabíveis. Esta será realizada no dia 23/11, às 8h30min, no Gustavão e se espera que, com serenidade, o conjunto de docentes aponte um caminho que garanta este processo conquistado com tanta luta pela comunidade da Rural.

INFORMES JURÍDICOS DA ADUR-RJ

Dr. Marcelo Chalhó, advogado da ADUR-RJ, informa por correspondência que reproduzimos abaixo, sobre a ação judicial movida pela entidade contra a Caixa Econômica Federal a respeito do FGTS:

"Prezados Senhores,

A propósito do processo referente às perdas do FGTS, informo que o mesmo foi julgado procedente no tocante ao devido pela CEF, sendo certo que não é cabível mais nenhum recurso quanto ao julgamento havido. O processo encontra-se na Vara de origem, pós retorno do Tribunal respectivo, tendo havido despacho para execução do acórdão, isto é, determinação para que a CEF cumpra o determinado. Esse despacho há de ser publicado no Diário Oficial, para onde já foi encaminhado pela secretaria da Vara. Aguarda-se, assim, essa publicação para que iniciemos os procedimentos mais específicos de modo a que os docentes relacionados na ação possam receber os valores devidos, sem qualquer desconto e acréscido de juros e correção monetária. Na oportunidade, lembramos que todos os professores que constam do processo devem procurar a ADUR para fornecer, caso ainda não tenham feito, os números de PIS/PASEP e CPF".

Marcelo Chalhó.

• Insalubridade

Professores que já obtiveram tempo de serviço relativo à insalubridade devem comunicar à Secretaria da ADUR-RJ. Os docentes que têm em mãos sentença referente ao mesmo processo devem requerer tempo de serviço no posto do INSS de Itaguaí.

SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UENF EM GREVE

A assembléia geral dos técnico-administrativos da Universidade do Norte Fluminense (Uenf), realizada em 4 de novembro, deliberou pela greve parcial da categoria, a partir de 5/11. Até 19 deste mês, o expediente dos técnico-administrativos será encerrado ao meio-dia. Dentro de 15 dias, os servidores realizarão uma nova assembléia para definir os rumos do movimento.

Fonte: CUT Rápido, 12 de novembro de 2004.

REPRESENTANTES DA ATUAL COMISSÃO ELEITORAL

Docente

Titulares:

*Canrobert P. L. Costa Neto
*Maria Teresa C. da Cunha

Suplentes:

* Irlate Braga da Trindade
* Maria Mercedes T. da Rosa

Discente

Titulares:

*Marcelo de Souza Grade
*Vinicius Duarte Ribeiro

Suplentes:

* Felipe Gustavo Camacho
* Antônio Carlos F. de Almeida

➤ Como esclarecemos no texto ao lado, os técnico-administrativos enviaram um ofício à Comissão Eleitoral solicitando a exclusão de seus representantes da dita Comissão.

ELEIÇÕES NA RURAL

1º TURNO: 30, 01 E 02 DE DEZEMBRO

2º TURNO: 08, 09 E 10 DE DEZEMBRO

**DAS 8H AS 20H30MIN NOS DOIS PRIMEIROS DIAS DE VOTAÇÃO E
DAS 8H AS 17H NO ÚLTIMO DIA.**



DCE e ADUR-RJ RECEPCIONAM OS CALOUROS DA RURAL

No dia 22 de novembro, a partir das 8h, os calouros da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro receberão boas-vindas durante a Aula Inaugural, organizada pelo DCE com a participação da ADUR-RJ, no Cine Teatro Gustavo Dutra (Gustavão). Os trabalhos serão coordenados pelos representantes do DCE, Rodrigo Vitória (Educação Física) e Mário Piratello (Agronomia). A Aula Inaugural contará com a participação de um representante da ADUR-RJ, que fará uma exposição sobre a Reforma Universitária, de um representante da Comissão Eleitoral, que dará explicações sobre o processo eleitoral em curso na UFRRJ. A Reitoria também foi convidada a participar deste evento, que conta com a seguinte programação:

- Abertura
- Apresentação das entidades (ADUR e DCE)
- Momento lúdico: apresentação teatral com o grupo APOENA, formado por estudantes da Rural.
- Exposição sobre a Reforma Universitária
- Exposição sobre as Eleições para Reitoria na UFRRJ
- Exibição do documentário do diretor Jorge Furtado, "Ilha das Flores" (1989), às 16horas, no Gustavão.
- 16h30min: Confraternização.

ADUR Informa entrevistou um dos organizadores desta Aula Inaugural, João Brandão aluno do Departamento de Educação Física, que também é coordenador do Diretório Central dos Estudantes da UFRRJ.

ADUR Informa: Qual a importância de realizar eventos como esses?

João Brandão: Esse evento tem como objetivo apresentar a realidade aos estudantes que estão entrando na nossa universidade, para que eles não achem que a Rural é um mar de rosas e não tem problemas. O que queremos com a aula inaugural, é dizer que temos entidades que são atuantes

em defesa de nossa universidade, e que o DCE está na luta em defesa dos direitos dos estudantes.

ADUR Informa: Qual o principal objetivo da Aula Inaugural?

João Brandão: Nosso objetivo é estabelecer o primeiro contato dos calouros com a Rural. Essa atividade era feita pela Reitoria, mas quando assumimos o DCE, em 2002, o Reitor decidiu que não iria mais realiza-la, já que o DCE comparava ao evento e dizia a verdade sobre a Rural. Falávamos que a UFRRJ é bonita, mas que vivia uma ação de desvalorização do ensino, pesquisa e extensão. Dizíamos que apenas uma política de obras e de "jeitinhos" aqui e ali não melhora a qualidade do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

ADUR Informa: Você acredita que esta recepção pode ser um instrumento para politização dos estudantes? Por que?

João Brandão: Com certeza. Não só acredito como defendo a aula inaugural como instrumento de politização dos estudantes. O exemplo mais recente é que nessa aula inaugural iremos abrir um espaço para a comissão eleitoral falar do processo eleitoral para Reitor, contribuindo para a



politização dos estudantes. Posso usar como exemplo também a questão da reforma universitária. O movimento estudantil posiciona-se contrariamente a essa reforma universitária apresentada pelo governo. Queremos reformar a universidade, mas queremos mais recursos e dizer como faremos, qual será a orientação da universidade e qual papel ela desempenhará na sociedade.

ADUR Informa: O DCE da UFRRJ realiza trotes?

João Brandão: Somos contra o trote, pois ele denigre o calouro. A universidade deve orientar a formação dos estudantes e não desrespeitá-los. Queremos uma integração e não uma relação de opressor e oprimido com nossos novos colegas!



Fonte: ANDES-SN. Autor: Ricardo Borges

GOVERNO "DESISTE" DE REFORMA TRABALHISTA. PROPOSTA DE REFORMA SINDICAL ESTÁ EM CURSO

De acordo com o jornal O GLOBO de 15 de novembro de 2004, o governo desistiu de fazer a reforma trabalhista, contrariando empresários brasileiros, sob alegação de que não há tempo suficiente para investir nessa reforma durante o mandato do presidente Lula da Silva.

O mesmo jornal informa, contudo, que o governo pretende insistir na reforma sindical, apesar das resistências das associações sindicais e que o projeto que altera a estrutura sindical brasileira está em fase final de elaboração. De acordo com o Ministro Ricardo Berzoini, este projeto deve ser enviado ao Congresso ainda este mês, já que a reforma sindical a será a principal ação do ministério em 2005.

Fonte: O GLOBO, 15 de novembro de 2004.

SINTUFRJ FOI ASSALTADO POR BANDIDOS

O Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi assaltado na manhã do último dia 29 de outubro por três homens armados.

Os bandidos renderam cerca de 15 pessoas, entre funcionários, diretores, estudantes e sindicalizados, que foram trancados no banheiro da entidade.

Os assaltantes causaram prejuízos financeiros a entidade, arrombaram portas, gavetas, desorganizaram documentos e materiais de escritório. Não houve feridos.

A polícia da 37ª Delegacia Policial realizou perícia no local do crime, ouviu testemunhas e investigou o caso.

Fonte: ADUFRJ, 3 de novembro de 2004.



CORDIALIDADE CARACTERIZA O PRIMEIRO DEBATE ENTRE AS CHAPAS CANDIDATAS À REITORIA DA UFRRJ

INOVAR, UM NOVO TEMPO, AMOR À RURAL E ATITUDE EXPÕEM PROPOSTAS PARA ADMINISTRAÇÃO DA RURAL E RESPONDEM PERGUNTAS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

FOTOS: RICARDO A. DA CRUZ

Na manhã do dia 9 de novembro, os representantes das quatro chapas candidatas à administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro estiveram reunidos no Gustavo para o primeiro debate aberto à comunidade acadêmica.

O debate foi conduzido pelos representantes da Comissão Eleitoral, que antes de iniciar os trabalhos informaram que os técnico-administrativos enviaram um recurso a Comissão, no dia anterior, solicitando a exclusão dos representantes da categoria que faziam parte da mesma.

Os organizadores do debate esclareceram que a posição ocupada por cada chapa no palco do Gustavo foi sorteada, anteriormente. A Comissão Eleitoral esteve entre os representantes das quatro chapas, conduzindo os trabalhos, enquanto Amor à Rural e Atitude ocuparam o lado esquerdo do palco, e Um Novo Tempo e Inovar posicionaram-se em lado oposto.

A Comissão Eleitoral também informou que as regras do debate

foram previamente combinadas em reunião com os representantes de cada chapa, e que o evento estaria dividido em quatro blocos.

Da dinâmica dos trabalhos

No primeiro momento, as chapas expuseram suas propostas para administração da universidade durante 10 minutos cada uma. Os concorrentes optaram por também apresentar os integrantes de cada chapa.

Posteriormente, todos os candidatos responderam a três perguntas, cada uma formuladas por um segmento distinto. Estes questionamentos foram depositados em uma das três caixas localizadas em frente ao palco, de acordo com a categoria (docente, discente ou técnico-administrativo) do formulador. Estas perguntas, bem como a ordem em que os candidatos as responderiam, foram sorteadas, na hora, pela Comissão Eleitoral.

Na terceira parte do debate, os candidatos responderam a uma pergunta feita por cada um dos três segmentos da Rural. Em frente a



cada chapa existiam três caixas – uma para cada segmento – nas quais as questões eram depositadas para sorteio. Aqueles que desejassem formular a pergunta pessoalmente também não estavam impedidos de fazê-lo, desde que tivessem colocado o nome na caixa de sua respectiva categoria e, obviamente, fosse sorteado. No segundo e no terceiro momento, ambos com previsão de uma hora de duração, cada chapa teve 3 minutos para responder as questões.

Finalmente, na última parte do debate, as chapas concorrentes dispuseram de 5 minutos e meio cada uma para fazer suas considerações finais.

O debate

O debate entre as chapas transcorreu tranquilamente. Não houve desacatos ou qualquer troca de ofensas entre os candidatos ou entre os simpatizantes de cada chapa. A platéia vestiu camisetas, distribuiu ade-

sivos e a carta programa dos candidatos em que vai votar. Os candidatos priorizaram apresentar suas propostas para a comunidade acadêmica e nem mesmo o protesto dos técnico-administrativos causou transtornos ao andamento dos trabalhos.

Por volta das 10 horas, alguns representantes do SINTUR entraram no Gustavo, tocando a marcha fúnebre em um bumbo e uma flauta. Outros técnico-administrativos carregaram um caixão, posicionado ao lado do palco, com os seguintes dizeres: “Não à exclusão dos aposentados. Respeitar o aposentado é respeitar o idoso. Respeitar o idoso é respeitar o ser humano. Respeitar o ser humano é respeitar a si mesmo. Respeitar a si mesmo é respeitar ao Criador. Em defesa do voto do aposentado.”

Sob os aplausos da platéia, o protesto não avançou além de cinco minutos, e a Comissão Eleitoral pode retomar os trabalhos. Ela informou,





a pedido das chapas, as ausências justificadas dos candidatos a decano e professores Sérgio Gaspar de Campos (Inovar), Áurea Echevarria A. N. Lima (Um Novo Tempo) e Heriberto Dias da Silva (Atitude).

Por ordem de sorteio, a primeira chapa a expor suas idéias para administração da Rural foi Um Novo Tempo. O Prof. Ricardo Miranda, candidato a Reitor, apresentou os componentes da chapa e sintetizou algumas de suas propostas. Dentre outras proposições, o candidato afirmou que eles pretendem criar um Conselho Administrativo, reativar o Decanato de Assuntos Financeiros, estabelecer um projeto político pedagógico em todos os níveis de ensino, assim como se comprometeu com a reforma do estatuto da universidade.

O Prof. Laerte Grisi, candidato a Reitor da Chapa Amor à Rural, apresentou os integrantes da chapa e ressaltou sua experiência acadêmica e administrativa, já que foi Vice-Reitor da UFRRJ na primeira gestão do professor José Antônio Veiga. A chapa Amor à Rural pretende prestar assistência ao segmento discente, garantindo a manutenção do estudante de baixa renda no Campus, e o restaurante universitário a baixo custo. Também manifestou a intenção de criar um pólo industrial em Seropédica, por meio de convênio entre a prefeitura do município e a universidade.

O Prof. Gabriel de Araújo Santos, candidato a Reitor da chapa Atitude, disse que a Rural vivia um momento de forte decisão. Informou que entre outras propostas, a

chapa pretende criar um grupo de apoio à elaboração de projetos de pesquisa e pós-graduação, assim como recuperar valores acadêmicos, éticos e morais, garantindo uma universidade aberta e reflexiva. O Prof. Gabriel Santos também reafirmou a experiência acadêmica dele e dos integrantes da chapa Atitude.

A candidata a Reitora da chapa Inovar, Profa. Regina Célia Lopes Araújo, disse que todos os integrantes da chapa sentem-se integrando uma equipe, que pretende resgatar a auto-estima dos estudantes, professores e técnico-administrativos da Rural. Apresentou, entre outras propostas, a criação de uma assessoria de pessoas e gestão de qualidade de vida, assim como se comprometeu a incentivar a pesquisa e extensão e exercer um mandato descentralizado.

De uma maneira geral, todos os candidatos ressaltaram a importância do debate, pois reconheciam nesta iniciativa a possibilidade de apresentar, democraticamente, suas idéias para a administração da Rural. Todas as chapas destacaram também que pretendem administrar os recursos financeiros de forma transparente.

Inovar, Um Novo Tempo, Amor à Rural e Atitude mostraram-se preocupadas com os três segmentos da UFRRJ e com as melhorias necessárias ao alojamento e ao restaurante universitário. Cada chapa, uma vez eleita, comprometeu-se também em se aproximar da sociedade e buscar parcerias com o município de Seropédica para melhor administrar

a universidade.

As perguntas da segunda e terceira fase contemplaram uma ampla gama de questões, entre elas: as propostas de investimentos e melhorias para o CTUR (Colégio Técnico da Rural), o treinamento e a licença-capacitação dos servidores técnico-administrativos, a saúde de discentes e técnico-administrativos da UFRRJ, a segurança no Campus, o destino dado ao dinheiro do vestibular, obras, cotas raciais e políticas de ações afirmativas na Rural, melhoria dos cursos de graduação e melhoria das instalações (alojamento, restaurante universitário). Tanto no segundo quanto no terceiro bloco, as quatro chapas – por ordem sorteada na hora – puderam responder às perguntas que lhes diziam respeito em três minutos cada uma. Todos os candidatos receberam o mesmo tratamento da Comissão Eleitoral e responderam a mesma quantidade de questões.

No último bloco, cada chapa fez suas considerações finais em cinco minutos. Destacaram o compromisso que assumem com os recursos humanos da universidade. Um Novo Tempo e Inovar mais uma vez

reafirmaram a importância do debate como um espaço de trocas de idéias e formação de opinião, e disseram promovê-lo, se eleitas, para além do período eleitoral. A chapa Atitude agradeceu a presença de todos e alertou aos presentes para que se concentrem na diferenças do discurso e nas propostas de cada concorrente. O Prof. Gabriel Santos encerrou sua fala lendo um breve texto – O Filho do Carpinteiro e o Doutor” – escrito pelo jornalista Marcelo Canella para homenageá-lo. A chapa Amor à Rural parabenizou os trabalhos da Comissão Eleitoral e cumprimentou os adversários, reiterando o compromisso do grupo em cumprir as propostas que ora apresentam, se forem eleitos.

A Comissão Eleitoral observou que as regras do próximo debate entre as chapas, a realizar-se dia 23 de novembro, às 13 horas, no Gustavão, podem ser alteradas, se assim for acordado, em reunião, pelos representantes das quatro chapas.



CHAPA 1: Inovar

Candidata a Reitora: Profa. Regina Célia Lopes Araújo
Candidato a Vice-Reitor: Prof. Nelson Jorge Moraes Matos

CHAPA 2: Um Novo Tempo

Candidato a Reitor: Prof. Ricardo Motta Miranda
Candidata a Vice-Reitora: Profa. Ana Maria Dantas Soares

CHAPA 3: Amor à Rural

Candidato a Reitor: Prof. Laerte Grisi
Candidato a Vice-Reitor: Prof. Marcos Antonio da Silva Batista

CHAPA 4: Atitude

Candidato a Reitor: Prof. Gabriel de Araújo Santos
Candidato a Vice-Reitor: Prof. Oswaldo Luiz Peixoto



ANDES-SN REALIZA O 49º CONAD EM BRASÍLIA

PARTICIPANTES RENEGAM PROIFES E RECONHECEM LEGITIMIDADE DO SINDICATO NACIONAL

Com o tema “Construir o projeto das classes trabalhadoras: em defesa da educação pública e gratuita pelos direitos sociais e trabalhistas e por um sindicalismo livre e autônomo”, o 49º CONAD (Conselho do ANDES-SN) reuniu em Brasília, entre os dias 5 e 7 de novembro, representantes de várias associações de docentes. Estiveram presentes 57 delegados e 92 observadores de 61 seções sindicais.

A solenidade de abertura ficou por conta do Prof. Francisco de Oliveira e da Profa. Marina Barbosa Pinto – Presidente do ANDES-SN –, que ressaltaram a importância do Sindicato Nacional como um foco da resistência às ações implementadas pelo governo. Ambos concordam que a estratégia governista é fragilizar as organizações, as seções sindicais e as associações de docentes.

Os participantes também reafirmaram a legitimidade do ANDES-SN como o único Sindicato Nacional com respaldo político para negociar e responder pelo Movimento Docente. Este pensamento reflete o atual momento, no qual o Governo tenta desmobilizar e enfraquecer a categoria para concluir a Reforma do Ensino Superior, que culminou com a criação do Proifes. Este Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior foi repudiado pelos participantes do 49º CONAD, que entendeu a criação do Proifes como uma afronta ao Sindicato Nacional.

Uma das principais deliberações do 49º CONAD “aprovou indicar às Seções Sindicais a discussão sobre a desfiliação do ANDES-SN da Central Única dos Trabalhadores (CUT)”. O ANDES-SN, de acordo com os participantes, deve participar de movimentos como o CONLUTAS e de outras iniciativas de enfrentamento ao projeto de reforma educacional, sindical e trabalhista do Governo Lula da Silva.

Outro encaminhamento importante foi o de que o ANDES-SN intensificaria a luta contra a implementação das diretrizes da Reforma da Educação Superior, sobretudo no que se refere à Medida Provisória 208/04, que altera o regime da Gratificação de Estimulo à Docência (GED). O ANDES-SN vai se articular com o Legislativo do Governo Federal para “mostrar os efeitos nefastos dessa MP”, assim como conquistar o apoio de entidades para construir aliados na defesa dos docentes. Os participantes acordaram que as ações de enfrentamento à MP 208/04 também devem se pautar na “defesa de extinção das gratificações produtivistas, com sua incorporação, paridade entre docentes ativos e aposentados e isonomia entre os docentes de carreira de 1º, 2º e 3º graus”.

Durante o 49º CONAD, o ANDES-SN mudou de posição sobre o que havia deliberado na última reunião do Setor das IFES, em outubro, quando decidiu que não participaria do Grupo de Trabalho proposto pelo MEC. O Sindicato Nacional aceitou participar deste GT, e manteve a proposta de cobrar do Ministério da Educação o restabelecimento imediato da Mesa Setorial de Negociação Permanente. O ANDES-SN também se propôs a dialogar com a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) sobre a proposta de Carreira Docente do Sindicato Nacional.

Outras deliberações importantes dizem respeito às IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior) e às IPES (Instituições Particulares de Ensino Superior). O ANDES-SN deseja organizar um encontro nacional do Setor das IEES, para discutir, entre outros temas, financiamento, precarização do trabalho docente e reforma universitária. Em relação às IPES, o Sindicato Nacional pretende divulgar a falta de condições para a realização do trabalho de docentes.

Quanto aos Servidores Públicos Federais, o ANDES-SN prometeu fortalecer sua atuação na Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF), para prosseguir nas negociações com o Governo por melhores condições de trabalho e garantia de direitos para a categoria.

O 49º CONAD ampliou as perspectivas de troca e de debate entre os diferentes participantes, mas, sobretudo, reafirmou o ANDES-SN como o principal representante do Movimento Docente frente às negociações e discussões, com os poderes federais, sobre as necessidades dos trabalhadores. O Conselho do ANDES-SN defende a união das diversas organizações sociais e sindicais, para que se garanta a força e a credibilidade do Sindicato Nacional, construídas ao longo das últimas décadas.



GOVERNO PROMETE 6 MIL VAGAS PARA DOCENTES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS

Até o final de 2005, o Governo prevê a abertura de 6 mil novas vagas para professores das universidades federais. A pretensão é abrir três concursos ao longo do ano. O edital de abertura do primeiro deles, visando à contratação de 2,5 mil docentes, está previsto para os próximos dois meses. O MEC também pretende selecionar mais mil profissionais em março de 2005, e 2,5 mil no final do próximo ano.

O Ministro da Educação, Tarso Genro, diz que o MEC deseja contratar os docentes de acordo com as necessidades de cada universidade, considerando os déficits causados pelas aposentadorias, assim como planejando a expansão de cursos noturnos.

De acordo com o ministro, técnico-administrativos também serão selecionados, no próximo ano, por meio de concurso. No entanto, ainda não há previsão quanto ao número de vagas. A possibilidade é que haja seleção para pelo menos duas mil vagas nos hospitais universitários.

Para a Ana Lucia Gazzola, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), as seis mil vagas prometidas pelo Governo federal podem ajudar, mas ainda não resolverá as deficiências no quadro profissional das universidades federais. As estimativas da Andifes indicam a necessidade da contratação de pelo menos 12 mil docentes, desconsiderando deste número a média de 2 mil aposentadorias por ano.

Fonte: *O Estado de S.Paulo*, 6 de outubro de 2004.



GOLPE BAIXO CONTRA O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES

DOCUMENTO SUGERE QUE GOVERNO ESTEJA ENVOLVIDO NA CRIAÇÃO DE ENTIDADE PARALELA AO ANDES-SN

O cenário e os acontecimentos são dignos de um filme de espionagem, mas não; são as últimas notícias da vida real. De acordo com a circular nº379/2004 do ANDES-SN, o Sindicato Nacional recebeu a cópia de uma correspondência encontrada na impressora da sala de computadores destinadas aos hóspedes do Hotel das Américas (Brasília). Esta carta estava endereçada ao Sr. Jairo Jorge, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Educação e, se confirmada a autoria do texto e sua veracidade, sugere a interferência do governo na autonomia sindical.

“ Meu nome é Homero Catão Marimbondo da Trindade, estive com o Gil Vicente no seu gabinete dia 14/09/2004, por volta das 19h30m, tratando entre outros assuntos da **criação de um organismo, um fórum, que trate dos interesses exclusivos das Instituições Federais de Ensino Superior**, onde estiveram também presentes o Ministro Tarso Genro, o Sylvio Pétrus e o Fernando Haddad. Na despedida, solicitei a sua autorização para enviar este e-mail para tratar de um assunto inicialmente colocado para **o Vladimir Nepomuceno do MPOG quando estive com ele, juntamente com o Gil Vicente, tratando entre outros assuntos, da emissão da medida provisória.**”

Diante desses fatos, o ANDES-SN encaminhou, em 27 de setembro passado, a correspondência nº 284/04 ao Ministro Tarso Genro, pela qual solicita audiência, em caráter de urgência, para tratar da criação de um fórum que trate dos interesses das Instituições Federais de Ensino Superior. O MEC não agendou tal audiência, assim como também, até o presente momento, não se posicionou oficialmente sobre o assunto.

Após esperar um mês pela convocação para uma audiência com o Ministro Tarso Gerno, o Sindicato Nacional enviou Notificações Extrajudiciais Premonitórias a todos aqueles citados na carta do Sr. Homero da Trindade. A intenção do ANDES-SN é obter informações sobre a veracidade do conteúdo da correspondência acima citada, assim como confirmar a realização desta reunião no dia 14 de setembro. O Sindicato Nacional também deseja confirmar, caso tenha ocorrido esta reunião, a presença das pessoas acima citadas na reprodução de trecho da carta, e saber se a discussão sobre “criação de um organismo, um fórum, que trate dos interesses exclusivos das Instituições Federais de Ensino Superior” foi assunto de pauta.

O único representante do Governo que se pronunciou até o momento foi o Sr. Jairo Jorge, que em 5 de novembro respondeu a interpelação do ANDES-SN. O Secretário Executivo Adjunto do MEC sugere uma violação de correspondência do governo e confirma a realização da reunião de 14 de setembro, mas isenta-se de responder se o Ministro Tarso Genro, e os senhores Homero Catalão da Trindade, Gil Vicente e Fernando Haddad participaram do encontro. Também não responde se entre outros assuntos, debateram sobre a criação de um fórum para as IFES.

Segundo o Secretário, a reunião do dia 14 de setembro foi justificada para tratar da MP 208/04. O ANDES-SN declarou estar ainda mais preocupado, pois os referidos professores não têm “delegação de representação da categoria” para tratar de um assunto sério como a edição desta MP – “que rompe com os critérios produtivistas antiacadêmicos, o que foi (...) rejeitado pela maioria das assembleias das seções sindicais”.

O ANDES-SN pronunciou-se somente no dia 9 de novembro sobre tais acontecimentos porque necessitava de informações oficiais a respeito, principalmente porque o Sindicato Nacional considera este assunto muito grave. De acordo com o ANDES-SN, os professores vinculados à chapa derrotada no processo eleitoral para direção do Sindicato “estão engajados na criação de uma organização propondo-se a representar política, econômica, cultural e socialmente os interesses e anseios dos professores das IFES associados”.

Para o Sindicato Nacional dos Docentes, esta atitude fere a liberdade sindical e assume caráter público, sobretudo porque “a ausência de esclarecimentos solicitados corrobora o conteúdo nuclear da referida correspondência: a ingerência governamental na criação de uma entidade divisionista”.

GTPE CRITICA PROPOSTA DO GOVERNO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Nos dias 24 e 25 de outubro, o Grupo de Trabalho de Política Educacional coordenou uma reunião na sede do ANDES-SN, em Brasília, para deliberar sobre a reforma da educação superior proposta pelo Governo, principalmente no que se refere ao ensino profissional e tecnológico. O professor Aloísio J. J. Monteiro representou a ADUR-RJ.

O GTPE acredita que a urgência do MEC em acelerar a reforma universitária pode ser evidenciada pelo decreto assinado no dia 1º de outubro de 2004, que integra os CEFETS ao sistema federal de ensino superior, nos “Subsídios para Discussão da Proposta de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica” e ao “Projeto Escola de Fábrica”.

Segundo o GTPE, o “Projeto Hemisfério: Gestão e Certificação Escolar para Formação e Acreditação de Competências Chaves e Laborais do 2º Ciclo da Educação Secundária” - criado para nivelar as ações realizadas entre os países do Mercosul, América Central e Caribe – também é um exemplo da tentativa do MEC em concluir, prontamente, a Reforma Universitária.

Durante os dois dias de reunião, o GTPE analisou os decretos e documentos que dão sustentação à Contra-Reforma da Educação Superior. O texto “As políticas para a educação profissional e tecnológica do governo Luis Inácio Lula da Silva”, produzido Grupo de Trabalho da AD do CEFET-PR, foi a base para discussão. Os professores foram divididos em três subgrupos que debateu sobre os principais tópicos apresentados pelo texto base: os projetos políticos para a década de 1990, a reforma da educação profissional e tecnológica, e a análise do anteprojeto de Lei Orgânica, Projeto Escola na Fábrica e Universidade Tecnológica.

Para sintetizar o que discutiram nestes dois dias de reunião, o GTPE organizou um texto para apresentá-lo no 49º CONAD, realizado em Brasília, entre 5 e 7 de novembro. Neste documento, o grupo conclui que o governo procura desarticular e enfraquecer os movimentos organizados que lutam por um ensino público de qualidade.

O documento do GTPE afirma que o atual presidente dá continuidade as políticas educacionais de seu antecessor, não rompendo, portanto, com as recomendações neoliberais ditadas por organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

De acordo com o texto produzido pelo GTPE, o atual momento é propício para que os diversos grupos e organizações que prezam por um ensino público de qualidade estejam unidos. A intenção é fortalecer o movimento contra o sucateamento, a privatização e a desqualificação da educação pública brasileira, para que ainda seja possível combater e reverter o projeto político-educacional do governo Lula da Silva.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO SINAES

O Governo Lula vem tentando consolidar uma Reforma do Ensino Superior, através de uma estratégia que busca reformulações gradativas de partes do sistema de ensino. Temos assistido a uma enxurrada de portarias, emendas e outras medidas, direcionadas para o financiamento, a autonomia, o ensino técnico e profissional, o vestibular e outros. O SINAES se constitui em mais uma faceta desta política.

É importante lembrar que todas as medidas propostas seguem e reproduzem uma lógica e esta tem sido repetidamente denunciada. Usando discursos dúbios, o MEC tenta implementar uma política para o ensino superior, que vai no sentido da privatização, da sua transformação em serviço para o "mercado", do abandono das instituições públicas e desconsideração com a qualidade. Esta linha reforça os pontos que têm sido defendidos pelos organismos que representam os interesses do sistema financeiro internacional, como Banco Mundial, em detrimento aos interesses da sociedade.

Uma forma de se ver esta estratégia seria comparando-a a um sistema holográfico, onde cada parte, mesmo separada do todo, expressa a sua lógica e busca reproduzir os seus efeitos. As propostas de emendas, projetos de lei, portarias e outras não estão circunscritas apenas aos assuntos tratados, mas reproduzem a lógica mais geral e avançam na política que se pretende implementar, a partir dos receituários para o "mercado". A adoção destas medidas em cada universidade deveria considerar isto - uma discussão sobre cada fragmento desta política deve partir também da concepção política mais geral inserida, e que lhe serve de base.

Neste sentido o ADUR INFORMA traz uma entrevista com a Profa. Nádia Maria Pereira de Souza (foto), do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino DTPE e membro da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e um texto formulado pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, publicado na cartilha "A contra-reforma da Educação Superior", no qual se mostra a posição do GT a respeito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).



SINAES:

Em 2003 o MEC nomeou uma Comissão de especialistas em avaliação do ensino superior para redefinir uma nova política na área. Em setembro de 2003, essa Comissão apresentou a primeira versão do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Em 15 de dezembro de 2003, por meio da medida provisória nº147, o Governo LULA instituiu o "Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior" (SINAPES). Com algumas alterações, como a inclusão da palavra "Progresso". Esse processo foi contestado pela comunidade acadêmica. E finalmente o projeto do SINAES, mais próximo de sua versão inicial, foi então aprovado pela Câmara e se transformou na Lei nº10.861 de 14 de abril de 2004. As principais finalidades do SINAES são: avaliações das instituições de ensino superior, avaliação dos cursos de graduação e do desempenho dos discentes, auto-avaliação institucional.

Foi criada assim, em nível nacional, a CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior), cujas principais tarefas são: o planejamento, supervisão e orientação das avaliações. Estas serão realizadas de duas formas: internamente, por meio de uma auto-avaliação, sob coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), e externamente, sob o co-

mando de comissões determinadas pelo INEP, constituídas por indicação do Ministério da Educação. Os resultados serão divulgados por conceitos que variam de 1 a 5, sendo este último a nota máxima.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que também integra o SINAES foi realizado no último dia 07 de novembro, e assim, 13 áreas tiveram seus cursos avaliados: Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, Zootecnia. A Rural teve os seguintes cursos avaliados: Agronomia, LICA, Educação Física, Medicina Veterinária e Zootecnia.

Segundo dados do INEP, o ENADE selecionou por amostragem 156 mil participantes, entre ingressantes e formandos. Os coordenadores dos cursos receberam a lista dos estudantes que deveriam comparecer obrigatoriamente, ao local do exame, e deveriam divulgá-la internamente na instituição.

Representantes das instituições federais de ensino superior participaram nos dias 21 e 22 de outubro, de um seminário organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/Anísio Teixeira), em Brasília. Durante dois dias, eles discutiram sobre a implantação e operacionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educa-

ção Superior (SINAES). Os representantes da Rural foram: O Professor Ildemar Ferreira (Decano de Graduação), Professora Nádia Maria Pereira de Souza (IE/DTPE, Assessora Técnica do Decanato de Graduação e membro da CPA) e Professor Tarci Parajara (IE/DTPE – Coordenador do Curso de LICA).

ADUR Informa entrevistou Nádia Maria Pereira de Souza, professora do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino DTPE e membro da Comissão Própria de Avaliação (CPA) para saber como esta comissão está se organizando na UFRRJ. Hoje, a CPA da Rural é constituída pelos professores Maxwel Ribeiro Moreira (coordenador), Nedda Garcia Rosa Mizuguchi, Nádia Maria Pereira de Souza, Luís Américo Calçada; pelos estudantes João Brandão e Rodrigo Lema Martins; pelos técnico-administrativos Ronaldo Raasch, Marúcia Miguel Haickj e como membro externo, a Profa. Maria Cristina Prata Neves (Embrapa).

Entrevista com a Profa. Nádia M. P. de Souza :

ADUR Informa: Quais os objetivos do SINAES?

Profa. Nádia de Souza: O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem como objetivo assegurar uma unidade no processo nacional de avaliação da educação superior e principalmente nos

cursos de graduação. Ele está ligado à questão do desempenho acadêmico dos estudantes e vem acompanhar uma visão institucional diferente do que era no Governo FHC. Creio que houve uma ampliação do conceito de avaliação nas universidades brasileiras, pois o Provão era uma avaliação meritocrática, classificatória. A proposta do SINAES não é extinguir o quantitativo, mas é valorizar o qualitativo, é ampliar a noção de avaliação. Pois embora tenha a prática avaliativa por meio de provas, a princípio parece muito mais amplo, pois vai permitir avaliar as funções de ensino, pesquisa, extensão e administração das universidades. Os principais indicadores estão relacionados à missão institucional, à vocação, à política da instituição, ao PDI, ao PPI, à capacitação de pessoal, à política de acervo bibliográfico, ao compromisso da universidade com a sociedade. E, pretende-se que esse processo não se restrinja a avaliar a infra-estrutura ou avaliar docentes, discentes, ou currículo. Como pesquisadora da área, concluí meu Curso de Doutorado na UFRRJ, CPDA, e tive como orientador o Professor Dr. Roberto José Moreira, pretendíamos com a tese, uma análise contextual dessa prática e das principais políticas educacionais na área, na última década. O objetivo principal foi avaliar o estado da arte da avaliação nas universidades brasileiras e a partir



daí, fiz um estudo de caso da UFRRJ. Preocupo-me muito com as questões referentes à avaliação. Pois não adianta mudar o nome da política global para SINAES, ou mesmo, mudar o nome do Provão, para ENADE. Outrossim, há de se refletir, se continuaremos com uma visão quantitativa e classificatória de avaliação, principalmente, neste momento em que discutimos a reforma universitária. Faz-se necessário refletir sobre nossa concepção de mundo, de sociedade, de educação. Qual universidade que espero? Qual a missão social, acadêmica, política da universidade?

ADUR Informa: Você esteve em Brasília nos dias 21 e 22 de outubro para participar do seminário organizado pelo INEP. Qual a sua avaliação dessas discussões em Brasília?

Profa. Nádia de Souza: Nossa preocupação é que a avaliação não esteja só no papel. Participei de um treinamento de gestores acadêmicos na área de avaliação. Uma das maiores discussões foi exatamente a de que além da mudança do nome e da ampliação deste sistema de avaliação, deve haver uma intenção política de mudança. Refletir o porquê e para que avaliar a instituição, o curso, o aluno ou o docente/técnico. Essa avaliação deve servir para o plano de desenvolvimento institucional, para a gestão universitária, para melhorarmos a universidade como um todo, para gerenciar projetos e recursos. Então não adianta avaliarmos e colocarmos os resultados na gaveta, como o governo passado fez. Nós da UFRRJ realizamos duas auto-avaliações, em 1999 e 2002, mas não repetimos a avaliação em 2003. Não por falta de vontade da administração superior, mas sim, porque não existiam recursos necessários para implementar as mudanças requeridas e as melhorias requisitadas pelos cursos na auto-avaliação. Ficamos frustrados, pois faltavam as verbas públicas e a vontade política para tomar as decisões, pois a maioria delas dependia de ampliação, qualificação, concursos, contratação, melhorias de condições de ensino. Temos que avaliar para melhorar, não para colocar essa avaliação na gaveta.

ADUR Informa: Por que ocorreu a mudança de SINAPES para SINAES?

Profa. Nádia de Souza: Na gestão do ex-Ministro da Educação, Cristóvão Buarque, foi instituída uma Comissão na área de avaliação institucional, composta por educadores qualificados na área de avaliação no Brasil. Entre os meses de abril e setembro de 2003, eles prepararam um relatório sobre a avaliação no Brasil, e em cima desse relatório apresentaram uma nova proposta de um

projeto de avaliação, de concepção mais qualitativa e progressista. Isso foi muito discutido, até que em dezembro daquele ano, nos deparamos com o SINAPES, que mudava a temática da avaliação superior. A palavra progresso mudava todo o trabalho da comissão, que primava pela qualidade. Na hora que o SINAPES foi editado por decreto, a comunidade acadêmica ficou preocupada, pois queríamos que essa avaliação significasse uma mudança para a universidade. Houve uma reação contrária, sobretudo porque durante esses meses de trabalho, várias entidades da sociedade civil foram consultadas. Entre eles: o ANDES-SN, a CUT, o MST, a UNE, Conselhos Regionais de áreas, os Fóruns de Pró-Reitores, estudantes, a ANDIFES... Esse documento de hoje é fruto de uma discussão ampla que contou com a maioria das entidades representativas ligadas à universidade. O grupo acabou se desfazendo, algumas pessoas saíram desta Comissão de avaliação institucional, e outras ficaram para lutar para que a lei fosse editada como havia sido planejado. Em 14 de abril de 2004, foi editada a Lei nº 10.861, dos SINAES, que foi aprovada na Câmara de Educação Superior. Ao avaliar a instituição, o curso e o desempenho dos estudantes, teremos um panorama geral da universidade. Do mesmo modo, teremos a avaliação das condições de ensino (avaliação externa); e a auto-avaliação institucional (interna).

ADUR Informa: Como a Rural está se organizando para esta comissão interna do SINAES?

Profa. Nádia de Souza: Quando acabei a minha tese de doutorado, em 2002, fui convidada para ser Assessora Técnica do Decanato de Graduação, e fiquei responsável pela avaliação institucional. Na área de avaliação institucional, fizemos somente duas auto-avaliações. Inclusive, na avaliação de 2002, realizamos um seminário aberto para discutir os resultados. Como não tivemos recursos, não pudemos implementar as mudanças. E assim não realizamos mais auto-avaliação institucional. Até o ano de 1999, realizamos um trabalho de avaliação de disciplinas, que interrompemos por falta de recursos. Também avaliamos internamente alguns cursos da UFRRJ. Por iniciativa isolada, alguns coordenadores realizam as avaliações em seus cursos. A Comissão Própria de Avaliação do SINAES foi nomeada pela Reitoria, mas ainda não foi instalada. Uma vez instalada essa comissão, temos que rediscutir esse projeto de auto-avaliação, do qual só temos um esboço. Precisamos ter uma infra-estrutura, assim como ampliar o número de professores que participam desta comissão. O Prof. Gilson Santana, do IT, tem um excelente projeto de avaliação de discipli-

nas, com recursos tecnológicos avançados, que pode ser implantado na Rural com um custo mínimo. Implantaríamos um terminal em cada instituto e assim, cada elemento faria sua auto-avaliação. Mas, faltam recursos. Então, para ser sincera, em relação às exigências do SINAES estamos incipientes e engatinhando.

ADUR Informa: O SINAES tem sido muito criticado, por ser entendido como um mecanismo de controle do governo, que anteciparia a Reforma Universitária de Lula da Silva. Qual a sua opinião sobre o assunto?

Profa. Nádia de Souza: O SINAES vem mostrar um padrão de avaliação para a universidade brasileira. A primeira crítica que se faz é que, ao padronizar a avaliação, há que se padronizar também e rediscutir a concepção de currículo. Nós estamos, neste momento, discutindo as diretrizes curriculares e mudando os currículos de todos os cursos. Dessa forma, o primeiro questionamento que fazemos é: como padronizar a avaliação, se estamos implementando, atualmente, novos currículos, tentando seguir as diretrizes do MEC que ainda não colocamos em prática desde 2002? Mesmo considerando essas limitações é uma evolução, porque ele vai permitir que cada instituição pense nessa avaliação. Outras questões são: Até que ponto o MEC vai viabilizar as condições, auxiliar e sanar as deficiências dessas instituições? O MEC, como mantenedor das IFES, vai investir nessas entidades? Ou o MEC vai nos impor uma avaliação e não vai auxiliar nas mudanças? Os estudantes fazem críticas e acho que eles em geral, têm razão, mas vamos tentar avaliar alguns pontos: o Provão. Qual era a lógica dele? O Provão tinha uma lógica meritocrática, de hierarquia. O ENADE não tem essa função. A ideia do governo anterior era avaliar todas as áreas, mas não consegui, porque avaliava todos os estudantes de determinadas áreas que eles elegiam. Muitas áreas não foram avaliadas no Governo passado. Já o ENADE pretende, por amostra, avaliar todos os cursos. O ENADE tem duas fases: num primeiro momento, com o ingressante (7% e 22%), e, posteriormente, com o aluno egresso (que cursou no mínimo 80% dos créditos). A crítica que se fez foi à aplicação de uma única prova aos dois grupos, desconsiderando o nível de conhecimento de cada um deles. Esse aluno terá uma nota que será divulgada para ele e para o coordenador através de uma carta. O que será divulgado será uma nota geral da universidade, que também vai se auto-avaliar. Depois teremos uma equipe do MEC para fazer uma auto-avaliação da universidade, que dará uma nota de 1 a 5. Em seguida, teremos as comissões de área, vindas

do MEC que darão as notas também de 1 a 5 de acordo com os critérios pré-definidos: docentes, discentes, carga horária, condições, qualidade do curso e etc. Em nível diferenciado teremos a nota do ENADE e a da comissão específica de área que avaliará cada curso. Em nível geral, teremos uma nota institucional e a nota da auto-avaliação que a própria instituição vai dar para si, principalmente a partir do PDI e PPI. Todos os elementos serão convertidos numa nota de 1 a 5, porque a intenção é se basear na experiência da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que avalia de 1 a 7, e internacionalmente, esse processo é visto como um modelo de excelência. De qualquer forma, existindo essa nota, vai existir um certo *ranking*. O governo garante que não, pois o objetivo não é esse. Outra crítica feita a essa avaliação é porque o governo pretende premiar os melhores alunos do ENADE. Isso realmente não faz sentido. Primeiro porque a prova foi feita por amostra, e o melhor aluno no ENADE não é o melhor aluno do curso ou da IES.

ADUR Informa: É válida se fazer uma avaliação por amostra?

Profa. Nádia de Souza: Sim, porque se estatisticamente selecionamos 50% do curso, temos uma realidade. Do mesmo modo, poderemos avaliar uma quantidade maior de cursos. Como o investimento era muito grande, nem todas as áreas puderam ser avaliadas. O Provão antigo refletia uma lógica de normalidade, quantitativa, baseada na curva de Gauss. O ENADE não tem, a princípio, essa lógica de comparar a média nacional dos cursos.

ADUR Informa: O aluno que realizar o ENADE agora, é o mesmo que vai retornar depois de ter concluído 80% dos créditos?

Profa. Nádia de Souza: Não tenho uma resposta para isso agora, pois nem o MEC decidiu ainda. O coordenador de curso deve inscrever todos os alunos que se encaixam nos critérios acima citados no ENADE, sendo que aquele que se formar no final deste ano, deve ter registrado no seu diploma, que compareceu ou que foi dispensado do ENADE. Caso o aluno não tenha sido inscrito no ENADE, ele não poderá pegar o diploma. Terá que entrar com um recurso junto DEG. A autorização será judicial e a Universidade viabilizará esse processo.

AI: E o aluno que que boicotar a prova?

Profa.: Isso não faz sentido, porque a lógica é diferente. Não estou defendendo o atual governo, e faço críticas sobre a atual gestão. Mas, qual o sentido de não participar? Só o próprio aluno e o coordenador de curso terão acesso a essa nota. O objetivo é melhorar cada vez mais o curso e o próprio aluno.

ANDES-SN tem posição contrária ao SINAES

Leia o texto formulado pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES-SN, publicado na cartilha "A contra-reforma da Educação Superior", do Sindicato Nacional, no qual se posicionam a respeito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O texto abaixo é de autoria dos professores Clóvis R. Guterres (SEDUFMS), Lucília Augusta L. de Paula (ADUR-RJ), Olgaíses Maués (ADUFPA), Roberto Carlos Lyra da Silva (ADUNI-RIO) e Suelene Pavão (Regional Norte II).

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO LULA: O SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Situando a questão

São partes constituintes da Reforma da Educação Superior a criação e o fortalecimento de mecanismos de controle do governo sobre as instituições de ensino superior, dentre os quais um sistema nacional de avaliação centralizado que garanta grande parte desse almejado controle.

A avaliação da educação superior tem sido alvo de tentação dos últimos governos. Esse interesse de tornar prioritária a política de avaliação tem como explicação o papel que o Estado brasileiro assumiu no contexto das reformas dos anos 90, isto é, de um ente avaliador e regulador das ações que se passam na esfera social.

Nesse modelo em que o Estado se desresponsabilizou de grande parte de suas funções, privatizando suas ações, restou-lhe o papel de avaliar os resultados apresentados nas diferentes esferas que o compõem e regular as ações dos vários órgãos que desenvolvem as políticas públicas e privadas.

O governo FHC centrou força na avaliação da educação, criando diferentes mecanismos como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Cursos (ENC/Provão), além da criação de comissões para avaliação da oferta de cursos e de ensinos.

O atual governo, num movimento de aprofundamento das políticas de seu antecessor, manifestou, desde o primeiro ano, 2003, a preocupação com a avaliação da educação, como forma de regulação. A instituição, no primeiro semestre do governo, por decreto presidencial, de uma comissão para propor um "novo" modelo de avaliação para a educação superior parece traduzir bem o interesse seu sobre o assunto.

A comissão instituída apresentou o relatório de suas atividades, no qual estava a proposta da criação de um sistema nacional de avaliação.

O ANDES-SN fez uma análise do documento do SINAES, publicado pelo INEP em outubro de 2003, apresentando suas convergências e divergências em relação à proposta governamental.

Refletindo contradições no âmbito do governo, em dezembro de 2003, por meio de medida provisória, foi instituído o "Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior – SINAPES", deixando de lado muitos aspectos indicados pela primeira comissão. Com algumas alterações, dentre elas a supressão da palavra progresso, esse modelo de avaliação (medida provisória) se transformou na Lei nº10.861 de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Mais recentemente, foi baixada no MEC a portaria nº2051 de 9 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação da educação superior.

O ANDES-SN, numa posição crítica em relação às políticas educacionais propostas pelo governo, apresentou no 47º CONAD (novembro de 2003) o Texto de Referência – TR nº29, que, após apreciação, teve aprovada a deliberação de "rejeitar a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior devido seu caráter antidemocrático e heteronômico".

O ANDES-SN tem uma posição clara e consubstanciada sobre o entendimento da concepção e da operacionalização da avaliação da educação superior. Essa compreensão está explicitada em diferentes documentos, destacando-se o Caderno do ANDES nº2, 3ª edição, atualizada e revisada em outubro de 2003, que contém as

bases epistemológicas e políticas daquilo que o Sindicato Nacional vem, historicamente, defendendo para a educação, e conseqüentemente, para a avaliação, a saber, a concepção da educação como um bem social e do Estado como provedor da educação e da cidadania.

É, pois, a partir dessa compreensão, inclusive de que avaliação "não se dá em abstrato", que se tecerão algumas considerações que poderão servir de subsídios para a ampliação da discussão sobre a Portaria Ministerial nº2.051 de 9 de julho de 2004.

Pontos focais na portaria

O SINAES, instituído pela Lei nº10.861 de 14 de abril, avoca a si a condução do processo de avaliação assentando no tripé: avaliação das instituições de ensino superior; dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes.

O planejamento e a operacionalização das ações serão realizados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

A avaliação será interna (auto-avaliação), coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e externa "in loco", realizada por comissões externas designadas pelo INEP constituídas por indicação.

Os resultados das avaliações externas das instituições e cursos de graduação serão expressos por meio de conceitos, numa escala de cinco níveis, representando: 4 e 5 indicativos de pontos fortes, 3, mínimo aceitável para efeitos de credenciamento ou reconhecimentos; 1 e 2, indicativo de que instituição tem, na sua avaliação, pontos fracos.

O INEP será o órgão do MEC responsável pela operacionalização da avaliação a partir das diretrizes

e normas definidas pela CONAES.

Em caso de resultados insatisfatórios no processo de avaliação, a instituição assinará protocolo de compromisso com o MEC para "superação das dificuldades detectadas".

Algumas considerações

Apesar das intenções expressas no art. 1º da portaria em relação às finalidades do SINAES, percebe-se que o sistema de avaliação irá credenciar o funcionamento das instituições: "o processo de credenciamento e renovação de credenciamento de instituições, e a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação" (art.32). Como, conforme o PROUNI, o Estado irá selecionar as instituições privadas que farão jus a verbas públicas, a questão do credenciamento assume um lugar proeminente na "reforma" da educação superior.

Também o caráter de punição/premiação está posto pelo ENADE, tendo em vista que este é considerado "componente curricular obrigatório" dos cursos de graduação, devendo constar do histórico escolar do aluno a data em que o exame foi realizado. Os resultados serão expressos numa escala de cinco níveis e encaminhados aos alunos e às instituições. Tal procedimento deverá possibilitar que os resultados sejam informados, nos casos de



seleção de qualquer ordem, às quais os ex-alunos venham a se submeter: emprego, cursos de pós-graduação, bolsas de mestrado, etc. Da mesma forma, os alunos que obtiverem melhor desempenho no ENADE receberão distinções e estímulos.

As funções e a constituição da CONAES levantam algumas reflexões. A ela competirá o estabelecimento dos procedimentos, dos mecanismos, das diretrizes, das propostas para o desenvolvimento das instituições. Além disso, também será essa comissão que estabelecerá as diretrizes para a constituição das Comissões Próprias de Avaliação (CPA).

Assim, essa CONAES concentrará todas as ações relativas ao sistema nacional de avaliação. O mais preocupante, além da centralização de poderes, refere-se à forma e à composição da referida comissão. O número de membros será de 13, assim constituídos: INEP (1), CAPES (1), MEC (3), mais 5 membros indicados pelo Ministro da Educação, representante dos docentes (1), dos técnico-administrativos (1) e dos estudantes (1). Será uma comissão majoritariamente governista.

Para a realização da auto-avaliação serão constituídas as CPAs, por ato do reitor da instituição, não assegurando os princípios democráticos. Essas comissões serão constituídas por "todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada". Esse ponto é questionável na medida em que o Movimento Docente entende que compete à comunidade interna a realização da auto-avaliação, devendo a instituição gozar de plena autonomia para tal, de acordo com as especificidades locais e regionais. O sentido dessa "ampla" comissão é preocupante, visto que poderá representar uma interferência indevida na instituição. Também a constituição, pouco clara, em termos de número e de forma, pode ensejar atos arbitrários por parte dos reitores ou correspondentes. Outro aspecto não menos relevante é a indeterminação da sociedade civil: como nos lembra Bourdieu, quando os

neoliberais falam em sociedade querem dizer, na verdade, o mercado.

Ainda quanto à auto-avaliação, destacam-se os aspectos sobre os quais a CONAES e o INEP estabelecerão as diretrizes e orientações, a partir de alguns pontos enunciados na Lei nº10.861, art.3º. Dentre esses, destacam-se a responsabilidade social e a sustentabilidade financeira, entendidas como forma de desresponsabilização do poder público, obrigando as IES a buscarem recursos via parcerias público-privadas, além de ensejar a mercantilização da educação.

A avaliação externa das instituições será feita por comissões externas, como já acontecia na política do governo anterior. Tanto na Lei 10861/04 quanto na Portaria 2051/04 não esclarecem a questão da constituição dessa comissão que terá uma função importante, atuando como sintetizadora de todos os processos avaliativos ocorridos nas Instituições de Ensino Superior – IES. O Movimento Docente defende que essa avaliação se realize por meio da implantação de um conselho social com outra função e natureza.

Haverá também uma comissão externa de avaliação de cursos que trabalhará a partir do especificado o art.20 da portaria. Os comentários feitos a propósito da outra comissão são pertinentes a esta.

O ENADE, realizado pelo INEP e aplicado periodicamente, resignifica o Provão e aprofunda o caráter ranqueador, produtivista e punitivo. O ENADE é componente curricular obrigatório, devendo constar no histórico escolar informação sobre se o candidato se submeteu ou não a tal exame.

A CONAES, após apreciação dos resultados das avaliações interna e externa (auto-avaliação da instituição, avaliação dos cursos e dos estudantes) indicará, caso seja insatisfatório, a necessidade de a instituição assinar um protocolo de compromisso, estipulando os termos e o prazo para o seu cumprimento. Esse protocolo representa mais uma interferência na autonomia da instituição, na medida em que o seu descumprimento enseja penalidades que vão desde a suspensão temporária da abertura de processo seletivo, até a perda de mandato do dirigente responsável pela ação não-executada.

O SINAES, da forma como está instituído (lei e portaria), deixa claro que o sentido de regulação que é dado à avaliação. Essa concepção

de avaliação é fundamental para dar apoio ao modelo de universidade que está sendo proposto na (contra) reforma da educação superior, sendo parte integrante desta, estando presente no documento II do MEC "Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior".

Finalizando

No bojo da reforma da educação superior encontra-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, como "novo" mecanismo de regulação e ajuste da educação às exigências dos organismos internacionais.

O Movimento Docente tem proposta para a universidade, seu papel social, suas funções acadêmicas e entende que a avaliação deve se dar a partir da concepção do homem livre, de educação emancipatória e de sociedade democrática, solidária e fraterna. Portanto, a avaliação proposta pelo SINAES não encaminha para essa opção política-teórica-metodológica que está incorporada aos princípios do MD, que defende uma avaliação participativa, emancipatória, democrática, contrária, pois, à avaliação apontada pelo SINAES.

A defesa da educação pública, gratuita, laica, com qualidade social não se coaduna com o que está proposto no Sistema Nacional de Avaliação da Educação, instituído pela Lei nº10861/04 e pela Portaria nº2051/04, e reforça a importância de defender a proposta incluída no Caderno 2 do ANDES-SN.

Referências bibliográficas:

*ANDES. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. Caderno ANDES, nº2, 3ª edição, atualizada e revisada, outubro de 2003.

*BRASIL, Lei nº10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências.

*MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº2.051 de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Publicado no Diário Oficial da União nº132, de 12.07.2004, Seção I, página 12.

MEC LANÇA CARTILHA PRÓ- REFORMA UNIVERSITÁRIA

Há duas semanas, 220 mil cartilhas explicativas começaram a ser distribuídas nas 55 instituições federais de ensino superior, além de sindicatos e entidades de classe. O documento estabelece a meta de criar 400 mil vagas nas instituições federais em quatro anos. Hoje, as instituições particulares respondem por 70,8% das matrículas no ensino superior. O texto também traz críticas ao governo Fernando Henrique.

A cartilha defende a regulação do setor privado, condicionando sua expansão à oferta de ensino de qualidade. Algo complexo de executar, tanto que o governo anterior, que criou o Provão, nunca conseguiu fechar nenhum curso reprovado.

Fonte: O GLOBO, 17 de novembro de 2004

LULA É VAIADO POR ESTUDANTES EM ALAGOAS

No último dia 15 de novembro, cerca de 30 estudantes da Universidade Federal de Alagoas vaiaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O protesto, motivado pelo descontentamento dos alunos contra o projeto da reforma universitária, ocorreu durante o lançamento da pedra fundamental do Memorial da República, em Maceió.

O presidente ficou visivelmente constrangido enquanto os alunos o chamavam de "traidor" e gritavam: "1, 2, 3, 4, 5 mil. Parem essa reforma ou paramos o Brasil" – antecipando sua partida em 40 minutos.

O grupo, que também exibiu faixas contra a reforma universitária, ainda jogou ovos e tomates no palanque oficial, em direção ao presidente. Ele não foi atingido porque estava a pelo menos 30 metros de distância. Quase 25 policiais militares, seguranças da Presidência e do evento cercaram os estudantes, mas evitaram o confronto.

Ao falar de improviso, Lula atribuiu a reação dos universitários ao avanço da democracia no país, o que garante, segundo o presidente, o direito de todos protestarem.

Fonte: O GLOBO, 16 de novembro de 2004.

A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO NÃO “FAZ SANDUÍCHES”!

André Scarambone Zaú*

Ao contrário do que possa parecer este pequeno texto não tem a ver com comida. Ou melhor, não tem a ver só com comida, tem a ver com educação, cultura, trabalho, sociedade etc e, consequentemente, tem a ver com comida.

As idéias apresentadas aqui não são originais. Na verdade este texto foi redigido há cerca de dois anos, a partir da citação de pensamentos e frases divulgadas em outros textos e debates. Entretanto, como o tema permanece atual, acreditei que valia a pena colocá-lo em debate. Esclareço que a apresentação se dará de forma pouco ortodoxa, e, algumas vezes, com expressões muito particulares.

O que se pretende é a apresentação de uma visão sobre o papel da Universidade. Assim começamos perguntando: “Qual é o papel da Universidade?”

Costumo dizer em alguns debates que a Universidade não forma “*Estudantes sanduiches*”. A Universidade tem, especialmente, o papel de contribuir na construção de cidadãos críticos, que pensem e reensem seu meio, com o objetivo de contribuir para uma sociedade melhor, e por que não, mais justa e igualitária.

Nesse sentido a **Universidade Pública** tem uma responsabilidade maior. Obviamente porque é Pública! Ou seja, é do Povo, e, desta forma, deve servir ao povo. Algumas vezes nos distanciamos deste caráter essencial. A Universidade é tanto do pipoqueiro que vende pipoca em frente ao P1 ou no km 49, e que – gostaria sinceramente de estar enganado com relação ao que vai ser dito, mas... – provavelmente nunca terá acesso às suas salas (talvez nem seu filho ou mesmo seu neto). Entretanto, a Universidade também é do empresário que pode investir \$1 milhão de dólares em uma determinada fábrica. Aliás, a Universidade Pública deve **ser** também de todos os outros que não estiveram contemplados nos dois primeiros exemplos. Assim, a Universidade deve servir não só aqueles que nela estão (estudantes, professores, técnicos), ou que por ela passaram (profissionais hoje atuantes ou não no mercado de trabalho) mas, deve servir à sociedade, o tempo todo e para todo o tempo, além de refletir, sempre, sobre seu papel e sua efetiva inserção social. Ao trabalhar o conceito de Universidade nesta escala de tempo e considerando a busca de sua inserção social estaremos vinculando-o ao conceito de Nação, ou até mesmo, para os mais “utópicos”, ao conceito de Humanidade. Assim a Universidade deve continuar a “produzir”. Mas produzir o quê? O que for necessário e possível, mas produzir **para** o bem social e não somente vinculada a um horizonte imediatista e mercadológico.

“Conseguindo resistir a duras penas na última década, a universidade pública é, ainda responsável pelos melhores cursos de graduação e pós-graduação e pela quase totalidade da pesquisa do Brasil.

A universidade pública então não é uma utopia! É uma realidade construída por gerações de brasileiros, patrimônio da nação a ser preservado uma vez que uma verdadeira Universidade demora décadas para ser construída, e reformas mal conduzidas podem destruí-la em muito pouco tempo” (1).

E a Universidade é de graça? Obviamente, não! Em termos médios, com dados já não tão recentes, a formação de um único estudante pode custar algo em torno de R\$15 mil (1). Por isso, no mínimo, cada aluno deveria se programar para dar “um certo retorno social” deste investimento que a sociedade está fazendo. Isso não é voluntarismo. É dívida! É obrigação!

A Universidade é elitista, corporativa e cara demais para a sociedade? Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação diz que “O que faz a universidade elitista não é o fato de que alguns pobres não terão filhos médicos, mas o fato de que os pobres não terão médicos para seus filhos.” (1). Porém, cara ou não – segurança, saúde e educação são caras, mas são essenciais a um país –, a Universidade Pública deve ter financiamento do Estado e deve ser gratuita!

Entretanto, a estrutura de uma Universidade não é simples nem barata. Por exemplo, a formação de doutores resulta de décadas de investimento por parte do governo. Cada um custa por ano, R\$ 21 mil, em média, se estudar no Brasil e cerca de R\$ 70 mil, ao ano, se estiver no exterior (2). Considerando que a formação “completa” (entre aspas porque como já dizia Paulo Freire “educar é ter consciência do inacabado”) demora em média cinco anos, chega-se a valores de R\$105 mil e R\$350 mil respectivamente. Sem computar o investimento no Mestrado e na Graduação (por vezes com bolsa).

Considerando que uma Universidade verdadeira tem que necessariamente estar sustentada no indissociável tripé: **Ensino, Pesquisa e Extensão**, reforça-se a idéia de que uma Universidade é Pública desde que vise conduzir, **para o bem social**, seus “produtos e bens gerados”. Desta forma, a Universidade Pública é um investimento para a construção do País e não simplesmente um gasto.

A Universidade é um ambiente de universalidades e, desta forma, não há espaço para segregações, de nenhuma ordem! Porém, também não deva ser considerado o espaço mais apropriado para atividades partidárias ou religiosas. A instituição “Universidade” deve ser laica, apartidária e, por natureza, um espaço com princípios democráticos, possibilitando o ambiente saudável para o **debate de idéias**. Idéias que possam vir a contribuir para a sociedade. É acreditando nesta livre discussão de idéias que

podemos, de fato, acreditar também na construção do saber. De um saber libertário, baseado na justiça e buscando mais igualdade e harmonia na sociedade. Se nosso objetivo então é formar cidadãos críticos, **devemos**, como educadores, praticar o contínuo debate de idéias.

Uma Universidade Pública não é condizente com as definições de ordinária e medíocre (3). É claro que os sentidos de ordinário e medíocre não devam ser entendidos aqui como aqueles puramente pejorativos. Ordinário pode ser definido como aquele que se fixa apenas à ordem pré-estabelecida e às normas e propostas oriundas da própria instituição ou vindas de alguma instância superior. A liberdade da crítica construtiva, adequadamente apresentada, é mesmo fundamental numa Universidade e não pode ser relegada a segundo plano. A Universidade também não pode se contentar com o mediano ou com o “medianamente bom” (medíocre). Deve, sobretudo ascender a patamares elevados não só de “qualidade” como também buscar patamares elevados no que se refere aos relacionamentos profissionais e, por que não pessoais. Infelizmente nem sempre essa é a nossa realidade. De acordo com Peixoto (4) e, com certeza vários outros anônimos, a qualidade da Universidade “depende de remuneração digna e da infra-estrutura disponível, de equipamentos e recursos. Qualidade depende também dos professores. Há os que faltam muito e não reparam as aulas; chegam atrasados e/ou saem mais cedo; colocam o monitor para dar aulas em seu lugar; não preparam aulas ou as preparam mal; são exigentes demais; são exigentes de menos; avaliam mal os alunos; aplicam provas fora do calendário; não se reciclam, não se atualizam, não respeitam ou não ministram todo o conteúdo programático das disciplinas; não atualizam os recursos didáticos, enfim, são incompetentes nas suas funções. Sabemos quem se encaixa ou não neste perfil” (4). A qualidade, então, depende também do investimento pessoal de todos nós (professores, alunos e técnicos), atores no processo de construção do saber.

Como o espaço é curto e o tempo também, posso dizer “por último” (mas não por fim porque o interesse é que as pessoas discutam), que o conceito de Universidade, para mim, é muito maior do que simplesmente as atividades desenvolvidas em “sala de aula”. Devemos considerar fundamentais os estágios, as atividades de divulgação científica (Jornadas, Simpósios, Congressos), os movimentos culturais internos, como no caso da Rural o Erva-doce, o GAE, os movimentos regionais, a capoeira etc, e

o que mais for condizente com este conceito de Universidade.

Para Zaratustra, para aprender a pensar é preciso primeiro aprender a dançar. Quem dança com as idéias descobre que pensar é alegria. Se pensar lhe dá tristeza é porque você só sabe marchar, como soldados em ordem unida. Saltar sobre o vazio, pular de pico em pico. Não ter medo da queda. Foi assim que se construiu a ciência: não pela prudência dos que marcham, mas pela ousadia dos que sonham. Todo conhecimento começa com o sonho. O conhecimento nada mais é que a aventura pelo mar desconhecido, em busca da terra sonhada. Mas sonhar não é coisa que se ensina (4).

Textos citados dentre outros utilizados: (1) Comissão de Defesa da Universidade Pública / Instituto de Estudos Avançados (IEA) Universidade de São Paulo. Arquivo digital. 1998.

(2) Alves, Rubem. *Psicopedagogia* 13(30):46-47. 1994.

(3) Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário ...

(4) Peixoto, Marcus. Ensino público, gratuito e de qualidade: direito de todos, dever do Estado. Texto de um Professor UFRRJ, divulgado em modo digital. 2002.

*Prof. DCA / IF / UFRuralRJ

ps. Não estou concorrendo a nada e este texto não é “recado” para ninguém em especial. Visa apenas expor a visão de uma pessoa que, apesar de trabalhar com aspectos bem particulares de ecologia florestal, tem opinião.

EXPEDIENTE

ADUR Informa
Publicação da Associação
dos Docentes da UFRRJ

Endereço: Rodovia BR 465, Km 7 –
Campus da UFRRJ – Seropédica, R.J.
Caixa Postal: 74.537 – CEP: 23.851-970.
Telefax: (21)2682-1379.
E-mail: adurrj@adur-rj.org.br

Conselho Editorial: Canrobert P. L. Costa Neto, Rosane Ferreira de Oliveira, Luis Mauro Sampaio Magalhães, Maria Teresa Carneiro da Cunha, Irlete Braga da Trindade e Frederico José Falcão.

Redação e diagramação: Aline Pinto Pereira (Reg. 25163/ MTb)

Fotolito e impressão: Gráfica Jornal de Hoje
Tiragem: 2 mil exemplares